



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

RUA VEREADOR JOSE SEVERIANO DA CAMARA, CENTRO, JOÃO

TELEFONE: (84)3262-2133

CNPJ: 08.587.271/0001-05

1- OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA OBJETIVANDO ATENDER OS CRITÉRIOS DO RADAR DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO TCE/RN COM AS SEGUINTE ATIVIDADES: IDENTIFICAÇÃO DE LACUNAS DE INFORMAÇÕES CONTIDAS NO SISTEMA, NOTIFICAÇÃO AOS SETORES E/OU INCLUSÃO NO SISTEMA DAS INFORMAÇÕES AUSENTES, PRODUÇÃO DE RELATÓRIO MENSAL DE CORREÇÕES E PREVISÃO DE CLASSIFICAÇÃO NO RADAR DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUSIVE COM DESENVOLVIMENTO DO WEBSITE.

2-JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de João Câmara/RN necessita aperfeiçoar e manter a transparência ativa de forma contínua, organizada e verificável, assegurando que as informações públicas sejam disponibilizadas no portal institucional e no portal da transparência com integridade, atualização periódica, rastreabilidade e conformidade, em alinhamento aos critérios estabelecidos pelo Radar da Transparência Pública do TCE/RN, especialmente considerando as diretrizes e exigências aplicáveis ao exercício de 2026.

A contratação se justifica pela necessidade de apoio técnico especializado para a revisão de todos os critérios do Radar aplicáveis ao Poder Legislativo, contemplando a identificação de lacunas, inconsistências e ausências de informações, bem como a priorização de correções obrigatórias, reduzindo riscos de apontamentos pelos órgãos de controle e fortalecendo o controle social.

Para atender a essa finalidade, a assessoria abrangerá a identificação de pontos críticos, com priorização de ajustes obrigatórios, e a revisão das informações disponibilizadas no portal da transparência, com verificação de completude, padronização e aderência aos parâmetros de avaliação. A execução do serviço compreenderá o monitoramento do website e do portal da transparência quanto às atualizações e à permanência das informações, com acompanhamento contínuo da estrutura, organização, trilhas de acesso e evidências necessárias à verificação externa. Também se mostra indispensável a verificação do cumprimento dos prazos legais para publicações, considerando que a tempestividade constitui requisito relevante para transparência ativa e para o atendimento dos critérios do Radar, com orientação técnica aos setores responsáveis e registro das pendências identificadas.

A contratação inclui a capacitação dos setores da Câmara para manter as informações atualizadas e padronizadas, promovendo autonomia administrativa, redução de falhas recorrentes, padronização de rotinas e melhoria sustentada dos resultados.

Será disponibilizado atendimento remoto contínuo para esclarecimento de dúvidas e orientação técnica, garantindo suporte permanente aos servidores responsáveis pelas publicações e pela organização das informações, com canal de comunicação formal e registro de atendimentos quando necessário. A assessoria compreenderá, ainda, o acompanhamento das normas, orientações e atualizações do TCE/RN referentes ao Radar 2025, de modo a assegurar que eventuais mudanças de critérios sejam incorporadas tempestivamente ao plano de ação e às rotinas internas da Câmara. Durante a execução, será realizada observação técnica e orientação quanto à necessidade de regulamentação interna de normas e fluxos para o SIC e a Ouvidoria, quando aplicável, visando fortalecer os instrumentos de acesso à informação, atendimento ao cidadão e governança dos canais institucionais. Como componente adicional de melhoria de gestão e transparência, será promovida a verificação sobre a criação e atualização de relatórios estatísticos voltados a setores da Casa, quando aplicáveis, contribuindo para melhor organização, acompanhamento, evidência de publicações e suporte à tomada de decisão administrativa.

2.11. Ao final de cada período mensal, a contratada deverá apresentar relatório mensal das atividades desenvolvidas, contendo, no mínimo: itens revisados, pendências identificadas, correções implementadas, evidências

3-MATERIAIS/SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
01	Serviço contínuo de assessoria e consultoria especializada em transparência pública, destinado a	SERV	12,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

RUA VEREADOR JOSE SEVERIANO DA CAMARA, CENTRO, JOÃO

TELEFONE: (84)3262-2133

CNPJ: 08.587.271/0001-05

4- BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sendo assim, a fim de propiciar uma melhora no trabalho dos diversos setores da CAMARA MUNICIPAL, visando buscar aumentar a qualidade do serviço público prestado à população, é mister que se operacionalize e dote a máquina administrativa de melhores condições possíveis, dentro das premissas da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da motivação, da segurança jurídica, da razoabilidade, da celeridade e da economicidade, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). É com essa visão e de acordo com as necessidades do Legislativo que se propõe a contratação de Pessoa Física baseado no que prescreve a NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS nº 014.133, de 01 de abril de 2021, conforme esta prescrito no objeto e item 3 deste Termo de Referência.

4.2 A contratação deverá se dar por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, cuja a adoção está prevista na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, onde a entrega do(s) SERVIÇO(S) deverá ser executado de forma parcelada até a liquidação final do seu objeto, onde toda documentação fiscal será arquivada na CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA/RN e unificados sob forma de Solicitação de Despesa, devidamente despachada por seu respectivo Ordenador de Despesas;

5. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E VIGENCIA

5.1 Conforme requisitos e condições do referido Termo de Referência, e, no intuito de obtermos a pesquisa mercadológica, será realizada a referida pesquisa conforme qualquer um dos casos que se refere o art. 23 da Lei nº 14.133/2021; 5.2 No intuito do Órgão obter propostas adicionais de eventuais interessados, será publicado o aviso em site eletrônico oficial, com as especificações do objeto a ser contratado, respeitando assim o que prescreve o art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.3 O referido Termo de Referência, que subsidiará para afeição das propostas comerciais, poderão ser retirados no site do órgão, solicitado através do e-mail: EQUIPEPLANEJAMENTOCMJC@GMAIL.COMe/ou presencial no endereço RUA VEREADOR JOSE SEVERIANO DA CAMARA, CENTRO, JOÃO CAMARA/RN, CEP: 59.550-000.

5.4 As propostas comerciais adicionais de eventuais interessados, poderão ser entregues através do e-mail: EQUIPEPLANEJAMENTOCMJC@GMAIL.COMe/ou presencial no endereço RUA VEREADOR JOSE SEVERIANO DA CAMARA, CENTRO, JOÃO CAMARA/RN, CEP: 59.550-000.

5.5 Caso seja feita a pesquisa de preço diretamente com 03 (três) fornecedores (art. 23, § 1º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021), devidamente justificada, deve se estabelecer um prazo máximo de 03 (três) dias úteis para a entrega das referidas propostas, após sua publicação, prazo este que também deve ser estabelecido para a solicitação de propostas adicionais de eventuais interessados;

5.6 Tanto a solicitação formal de pesquisa de preço como a solicitação de proposta adicional de eventuais interessados, se justifica em virtude do cumprimento ao que estabelece o art. 23, §1, inciso IV e art. 75, §3 da Lei 14.133/21, respectivamente, de modo que, não é uma concorrência de quem apresentar a melhor condição financeira, mas sim uma pesquisa mercadológica, para que o órgão possa ter um orçamento do objeto a ser contratado, e, a depender das condições e particularidade de cada objeto, possa escolher a proposta mais vantajosa para a Edilidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

RUA VEREADOR JOSE SEVERIANO DA CAMARA, CENTRO, JOÃO

TELEFONE: (84)3262-2133

CNPJ: 08.587.271/0001-05

6. DOS REQUISITOS MÍNIMOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

6.1. O art. 62, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, estabelece que a habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em :

I.jurídica;

II.técnica;

III.fiscal, social e trabalhista;

6.2. Portanto os requisitos mínimos exigidos na habilitação e qualificação serão os elencados nos arts. 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, são eles :

I - Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do contratado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - A regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - Declaração do contratado, declarando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; VII - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do contratado.

VIII - CÓPIAS.

IX - Certidão Estadual.

X - Certidão Municipal.

6.3. A documentação descrita no item anterior, só será exigida da Empresa que for escolhida como a proposta mais vantajosa para o órgão, conforme prescreve o art. 62, incisos II e III da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 A despesa decorrente da contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento da CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA/RN ou a ele provisionados, os quais serão discriminados na Nota de Empenho.

8. DA ENTREGA

8.1. A execução do objeto deverá ser entregue conforme esta previsto neste Termo de Referência, que na oportunidade serão conferidos e dado o atesto pelo servidor responsável.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após a emissão da documentação fiscal, regularidade fiscal e a comprovação de sua liquidação, respeitando a ordem cronológica de pagamento desta EDILIDADE.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e/ou termo de referência;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos/serviços a serem entregues, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições dos bens/serviços entregues, fixando prazo para a sua correção;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento dos produtos/serviços, no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

RUA VEREADOR JOSE SEVERIANO DA CAMARA, CENTRO, JOÃO

TELEFONE: (84)3262-2133

CNPJ: 08.587.271/0001-05

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar o fornecimento dos produtos/serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante no direito de ser ressarcido do valor dos danos ocorridos;
- 11.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 11.5. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento dos materiais/serviços ;
- 11.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- 11.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1 A subcontratação parcial e/ou total do objeto, só será permitido mediante autorização do Órgão

13. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

- 13.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DO FORO

- 14.1. Para a solução de qualquer pendência oriunda da execução do contrato não resolvida na esfera administrativa, será escolhido o Foro da Comarca de CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA/RN, renunciando a qualquer outro, ainda que privilegiado.

JOÃO CAMARA/RN, em 12 de janeiro de 2026.

TÁZIA CRISTINA DAMASCENO SILVA
COORD. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS:

Aprovo o presente Termo de Referência, considerando necessária a contratação do objeto em lide, com vista às justificativas apresentadas e em conformidade com as especificações e quantidades constantes deste Termo.

FERNANDO ANTONIO MARTINS GUILHERME
PRESIDENTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

RUA VEREADOR JOSE SEVERIANO DA CAMARA, CENTRO, JOÃO TELEFONE:(84)3262-2133

CNPJ: 08.587.271/0001-05

TERMO AUTORIZATIVO

PROCESSO Nº:	050100003
CREDOR:	AGE CONTABILIDADE E TRANSPARÊNCIA
CPF/CNPJ:	51.063.818/0001-94
BASE LEGAL:	ARTIGO 74, INCISO II da Lei 14.133/2021
VALOR ORDINARIA:	R\$ 54.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL REAIS)
OBJTIVO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA OBJETIVANDO ATENDER OS CRITÉRIOS DO RADAR DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO TCE/RN COM AS SEGUINTE ATIVIDADES: IDENTIFICAÇÃO DE LACUNAS DE INFORMAÇÕES CONTIDAS NO SISTEMA, NOTIFICAÇÃO AOS SETORES E/OU INCLUSÃO NO SISTEMA DAS INFORMAÇÕES AUSENTES, PRODUÇÃO DE RELATÓRIO MENSAL DE CORREÇÕES E PREVISÃO DE CLASSIFICAÇÃO NO RADAR DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUSIVE COM DESENVOLVIMENTO DO WEBSITE.

Considerando o que consta no processo administrativo em epigrare, especialmente a toda rase de planejamento,, estimativa de preços acostados aos autos, parecer jurídico e a estimativa de preços acostados aos autos, bem como a justificativa da contratação direta, e, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei 14.133/21, AUTORIZO, na qualidade de autoridade máxima da Administração Pública da CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA, a contratação direta da empresa em destaque, para que a mesma possa executar o objeto a ser contratado.

Por fim, determino a publicação e em seguida o encaminhamento do presente termo para os setores competentes, para fins de providências quanto à formalização contratual e demais atos administrativos necessários.

JOÃO CAMARA/RN, em 21 de janeiro de 2026.

PRESIDENTE

FERNANDO ANTÔNIO MARTINS GUILHERME



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

RUA VEREADOR JOSE SEVERIANO DA CAMARA, CENTRO, JOÃO TELEFONE:(84)3262-2133
CNPJ: 08.587.271/0001-05

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº050100003

CONTRATO Nº23013913/2026

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO de Prestação de Serviços, que entre si celebram de um lado o(a) CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA/RN, com sede na RUA VEREADOR JOSE SEVERIANO DA CAMARA,O, CENTRO, JOÃO CAMARA/RN, CEP: 59.550-000, inscrita no CNPJ sob o nº 08.587.271/0001-05 aqui representada pelo Sr(a). FERNANDO ANTONIO MARTINS GUILHERME, inscrito no CPF Nº 049.306.624-19, residente e domiciliado(a) na cidade de JOÃO CAMARA/RN, doravante e denominada CONTRATANTE. E do outro AGE CONTABILIDADE E TRANSPARÊNCIA, domiciliado(a) da cidade de /RN, no(a) RUA- ADAILTON CAVALCANTI, 161, bairro COMISSÃO, CEP 59.343-000, inscrito(a) no CPNJ nº 51.063.818/0001-94, doravante denominado CONTRATADO, pactuam o presente contrato, mediante cláusulas e condições abaixo descritas conforme estabelece a Lei 14.133/2021, e suas alterações legais:

CLÁUSULA 1ª - OBJETIVO

O presente termo de contrato tem como objetivo: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA OBJETIVANDO ATENDER OS CRITÉRIOS DO RADAR DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO TCE/RN COM AS SEGUINTE ATIVIDADES: IDENTIFICAÇÃO DE LACUNAS DE INFORMAÇÕES CONTIDAS NO SISTEMA, NOTIFICAÇÃO AOS SETORES E/OU INCLUSÃO NO SISTEMA DAS INFORMAÇÕES AUSENTES, PRODUÇÃO DE RELATÓRIO MENSAL DE CORREÇÕES E PREVISÃO DE CLASSIFICAÇÃO NO RADAR DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUSIVE COM DESENVOLVIMENTO DO WEBSITE.

A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância TOTAL de R\$ 54.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL), REAIS), sendo que este valor será dividido em 12 parcelas iguais de R\$ 4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS)s mensais.

PARAGRAFO ÚNICO - O pagamento ocorrerá mediante apresentação de documentação necessária para sua liquidação.

CLAUSULA 3ª - DOS REAJUSTES

Os preços deverão ser mantidos, pelo prazo de 12 meses, desde a data da assinatura do contrato, podendo ser revisto o valor contratual, onde honorários poderão ser reajustados em comum acordo entre as partes, respeitando e preservando o equilíbrio econômico-financeiro de acordo com a Lei 14.133/2021 art. 65.

CLÁSULA 4ª - DA VIGENCIA CONTRATUAL

O presente contrato terá a validade desde a data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2026 admitindo-se a sua prorrogação, desde que acordado pelas partes, com fundamento no Art. 72, inciso IV da Lei 14.133/2021, em sua atual redação, mediante outro instrumento ou Termo Aditivo, e rescindido a qualquer tempo e por qualquer das partes.

CLAUSULA 5ª - DO PROCESSO LICITATORIO

A presente contratação segue os preceitos da Lei 14.133/2021, e suas alterações posteriores, na modalidade de .

CLAUSULA 6ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A presente despesa correrá por conta do elemento de despesa:

Órgão.....:01		CAMARA MUNICIPAL
Unidade.....:00		CAMARA MUNICIPAL
Função.....: 01		LEGISLATIVA
Sub-função.....: 031		ACAO LEGISLATIVA
Proj./Ativ.....: 1001		MANUTENÇÃO DA CASA LEGISLATIVA
Elemento.....: 3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

RUA VEREADOR JOSE SEVERIANO DA CAMARA, CENTRO, JOÃO TELEFONE:(84)3262-2133
CNPJ: 08.587.271/0001-05

CLAUSULA 7ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS

A presente despesa será paga com recursos próprios deste PODER, mediante apresentação comprobatória de sua liquidação e disponibilidade financeira.

CLAUSULA 8ª - DO FORO

Para dirimir quaisquer litígios oriundos deste termo contratual, fica eleito o Foro da Comarca de JOÃO CAMARA/RN e de renunciado expressamente quaisquer outros por mais privilegiados que se configurem. E por estarem juntos acordados, assinam o presente documento em 02 (duas vias), de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

JOÃO CAMARA/RN, em 23 de janeiro de 2026.

Testemunhas:

CPF:

AGE CONTABILIDADE E TRANSPARÊNCIA

CPNJ nº 51.063.818/0001-94

CONTRATADO

CPF:

FERNANDO ANTONIO MARTINS GUILHERME

PRESIDENTE

CONTRATANTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

RUA VEREADOR JOSE SEVERIANO DA CAMARA, CENTRO, JOÃO TELEFONE:(84)3262-2133
CNPJ: 08.587.271/0001-05

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 050100003

FUNDAMENTO LEGAL:ARTIGO 74, INCISO II da Lei 14.133/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

CONTRATADO: AGE CONTABILIDADE E TRANSPARÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSORIA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA OBJETIVANDO ATENDER OS CRITÉRIOS DO RADAR DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO TCE/RN/OM COM AS SEGUINTE ATIVIDADES: IDENTIFICAÇÃO DE LACUNAS DE INFORMAÇÕES CONTIDAS NO SISTEMA, NOTIFICAÇÃO AOS SETORES E/OU INCLUSÃO NO SISTEMA DAS INFORMAÇÕES AUSENTES, E PRODUÇÃO DE RELATÓRIO MENSAL DE CORREÇÕES E PREVISÃO DE CLASSIFICAÇÃO NO RADAR DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUSIVE COM DESENVOLVIMENTO DO WEBSITE.

VIGÊNCIA:

VALOR T

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

PROJETO ATIVIDADE:01 031 0001 1001

ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00

FONTE: 100

JOÃO CAMARA/RN, 23 de janeiro de 2026.

ASSINATURAS:

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA - CONTRATANTE

CPNJ nº 08.587.271/0001-05

AGE CONTABILIDADE E TRANSPARÊNCIA - CONTRATADO

CPNJ nº 51.063.818/0001-94

PUBLICADO NO MURAL DESTA CASA LEGISLATIVA

JOÃO CAMARA/RN, 23 de janeiro de 2026.

FRANCISCO THIAGO DE OLIVEIRA LIRA
CHEFE DE GABINETE